

Faria, contestando o pedido de cassação.

O Instituto de Previdência dos Congressistas tem cinco dias para enviar à Justiça toda a documentação existente na Mesa da Câmara, incluindo inquérito administrativo, sobre os atos da prestação de contas do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) e a realização de exames periciais. O prazo foi fixado pela juíza Selene Maria de Almeida, da 4ª Vara de Brasília. Faria divulgou ontem uma nota condenando a representação da Mesa, que recomenda à Comissão de Justiça a perda de seu mandato por falta de decore parlamentar. Na nota, ele contesta a decisão da Mesa e afirma: "Onde se cumpre a lei não se ofende o decore".

Faria rebate ainda o principal argumento da auditoria do

IPC, garantindo que todas as contas durante o período de sua gestão (1987-1989) foram aprovadas. Na auditoria, o IPC afirma que em nenhum momento Faria submeteu previamente as operações financeiras com os recursos do IPC. Faria argumenta que não foi ouvido nem teve direito de defesa perante a atual direção do IPC — e revela que, na única oportunidade em que compareceu a uma reunião do instituto, teve tempo apenas para uma explanação, comprovando que as contas de sua gestão não haviam sido contestadas.

Na ação, Faria argumenta que a Mesa não tem competência técnica para oferecer a representação de pedido de perda de mandato, "porque o IPC tem personalidade jurídica e autonomia ad-

ministrativa". "Além disso, como o conselho deliberativo aprovou as contas, não se pode falar em ofensas de decore parlamentar."

O advogado de Faria, Castro Ferreira, considera que se vier a ser comprovada a fraude nas prestações de contas do deputado, a culpa não caberia apenas a ele, mas a todo o conselho deliberativo, envolvendo dez deputados e quatro senadores. A iniciativa da cassação do mandato de Faria foi classificada por seu advogado como "tentativa de linchamento".

Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, foi dado início ao processo contra Faria, com a designação do relator, deputado Plínio Martina (PMDB-MS), que tem prazo até terça-feira para dar parecer sobre a representação da Mesa.